



Santander Leasing S.A. Arrendamento Mercantil

CNPJ nº 47.193.149/0001-06

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Senhores Acionistas:
Apresentamos o Relatório da Administração às Demonstrações Financeiras da Santander Leasing S.A. Arrendamento Mercantil (Santander Leasing) relativas ao semestre findo em 30 de junho de 2023, elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, estabelecidas pela Lei das Sociedades por Ações, em conjunto às normas do Conselho Monetário Nacional (CMN), do Banco Central do Brasil (Bacen) e demais diretrizes previstas no Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional (Cosif).
Mercado de Atuação
A Santander Leasing, Instituição financeira integrante do Conglomerado Santander, atua no mercado de arrendamento mercantil sendo suas operações voltadas, principalmente, para o arrendamento de veículos, máquinas e equipamentos, utilizando a rede de agências do Banco Santander (Brasil) S.A.
Patrimônio Líquido e Resultado
Em 30 de junho de 2023 o lucro líquido apresentado no acumulado do período foi de R\$354 milhões,

aumento de 31% em comparação ao mesmo período acumulado do ano anterior. O patrimônio líquido atingiu o montante de R\$11.113 milhões.

Ativos e Passivos
Em 30 de junho de 2023, os ativos totais atingiram R\$13.235 milhões, destacando-se R\$1.914 milhões por Títulos e Valores Mobiliários e R\$2.961 milhões em Operações de Arrendamento Mercantil de Leasing Financeiro, registrados a valor presente. No passivo, destaca-se em captações o valor de R\$490 milhões em Depósitos e R\$390 milhões em debêntures.
Auditoria Independente
A política de atuação da Santander Leasing na contratação de serviços não relacionados à auditoria externa de seus auditores independentes, se fundamenta nas normas brasileiras e internacionais de auditoria, que preservam a independência do auditor. Essa fundamentação prevê o seguinte: (i) o auditor não deve auditar o seu próprio trabalho, (ii) o auditor não deve exercer funções gerenciais no seu cliente, (iii) o auditor não deve promover os interesses de seu cliente, e (iv) necessidade de aprovação

de quaisquer serviços pelo Comitê de Auditoria do Banco Santander.
A Santander Leasing informa que no semestre findo em 30 de junho de 2023, não foram prestados pela PricewaterhouseCoopers e outras firmas-membro outros serviços profissionais de qualquer natureza, que não enquadrados como serviços de auditoria das demonstrações financeiras.
Ademais, a Santander Leasing confirma que a PricewaterhouseCoopers representa à Administração que dispõe de procedimentos, políticas e controles para assegurar a sua independência, que incluem a avaliação sobre os trabalhos prestados, abrangendo qualquer serviço que não seja de auditoria externa. Referida avaliação se fundamenta na regulamentação aplicável e nos princípios aceitos que preservam a independência do auditor, acima mencionados.

São Paulo, 28 de agosto de 2023
A Diretoria

BALANÇO PATRIMONIAL

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

Ativo	Notas Explicativas	30/06/2023		31/12/2022		Passivo	Notas Explicativas	30/06/2023		31/12/2022	
		30/06/2023	31/12/2022	30/06/2023	31/12/2022			30/06/2023	31/12/2022		
Ativo Circulante e não Circulante		13.234.783	13.282.708	13.234.783	13.282.708	Passivo Circulante e não Circulante		13.234.783	13.282.708	13.234.783	13.282.708
Disponibilidades	4&16.d	9.962	8.382	9.962	8.382	Depósitos e Demais Instrumentos Financeiros	12&16.d	897.314	390.039	897.314	390.039
Instrumentos Financeiros		2.096.086	2.119.146	2.096.086	2.119.146	Depósitos		489.852	71	489.852	71
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	5&16.d	182.500	437.313	182.500	437.313	Recursos de Debêntures		390.384	366.625	390.384	366.625
Títulos e Valores Mobiliários	6.a	1.913.586	1.683.833	1.913.586	1.683.833	Outros Passivos Financeiros		17.078	23.343	17.078	23.343
Operações de Arrendamento Mercantil (Provisões para Perdas Esperadas Associadas ao Risco de Crédito)	7.f	(13.002)	(17.688)	(13.002)	(17.688)	Outros Passivos	13	103.983	798.838	103.983	798.838
Outros Ativos		1.067.994	1.123.405	1.067.994	1.123.405	Provisão para Riscos Fiscais e Obrigações Legais		80.516	746.540	80.516	746.540
Ativos Fiscais	8	1.027.553	1.181.420	1.027.553	1.181.420	Provisão para Processos Judiciais e Administrativos - Ações Cíveis		16.794	13.254	16.794	13.254
Correntes		396.240	356.259	396.240	356.259	Outras Provisões		4.798	1.246	4.798	1.246
Diferidos		641.313	825.161	641.313	825.161	Diversos		1.246	37.798	1.246	37.798
Investimentos		6.085.410	6.004.957	6.085.410	6.004.957	Passivos Fiscais	9.b	1.120.471	429.482	1.120.471	429.482
Participações em Coligadas e Controladas	10	6.085.410	6.004.957	6.085.410	6.004.957	Correntes		699.795	56.344	699.795	56.344
Imobilizado de Uso		-	-	-	-	Diferidos		420.676	373.138	420.676	373.138
Imóveis de Uso		1.387	1.387	1.387	1.387	Patrimônio Líquido	15	11.113.015	11.664.349	11.113.015	11.664.349
Outras Imobilizações de Uso (Depreciações Acumuladas)		(1.404)	(1.404)	(1.404)	(1.404)	Capital Social:		-	-	-	-
		-	-	-	-	De Domiciliados no País		10.085.219	10.085.219	10.085.219	10.085.219
		-	-	-	-	Reservas de Lucros		1.326.120	1.971.626	1.326.120	1.971.626
		-	-	-	-	Ajustes de Avaliação Patrimonial		(298.324)	(392.496)	(298.324)	(392.496)
		-	-	-	-	Total do Patrimônio Líquido		11.113.015	11.664.349	11.113.015	11.664.349
Total do Ativo		13.234.783	13.282.708	13.234.783	13.282.708	Total do Passivo e Patrimônio Líquido		13.234.783	13.282.708	13.234.783	13.282.708

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

Saldos em 31 de dezembro de 2021	Notas Explicativas	Reservas de Lucros		Ajustes de Avaliação Patrimonial		Lucros	
		Capital Social	Reserva Legal	Reservas Estatutárias	Próprios	Acumulados	Total
Ajustes de Avaliação Patrimonial - Títulos e Valores Mobiliários		10.085.219	421.474	1.014.645	(348.720)	(590)	-
Lucro Líquido		-	-	-	10.135	(73.677)	-
Destinações:		-	-	-	-	-	270.013
Reserva Legal	15.c	-	13.501	-	-	-	(13.501)
Reserva para Equalização de Dividendos	15.c	-	-	128.256	-	-	(128.256)
Reserva para Reforço de Capital de Giro	15.c	-	-	128.256	-	-	(128.256)
Saldos em 30 de junho de 2022		10.085.219	434.975	1.271.157	(338.585)	(74.267)	-
Mutações no Semestre		-	13.501	256.512	10.135	(73.677)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2022		10.085.219	448.975	1.521.751	(335.326)	(37.170)	-
Ajustes de Avaliação Patrimonial - Títulos e Valores Mobiliários		-	-	-	92.817	1.355	-
Dividendos Intercalares	15.b	-	-	(1.000.000)	-	-	(1.000.000)
Lucro Líquido		-	-	-	-	-	354.494
Destinações:		-	-	-	-	-	-
Reserva Legal	15.c	-	17.725	-	-	-	(17.725)
Reserva para Equalização de Dividendos	15.c	-	-	168.385	-	-	(168.385)
Reserva para Reforço de Capital de Giro	15.c	-	-	168.384	-	-	(168.384)
Saldos em 30 de junho de 2023		10.085.219	467.600	858.520	(262.509)	(35.815)	-
Mutações no Semestre		-	17.725	(663.231)	92.817	1.355	(551.334)

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

1. Contexto Operacional
A Santander Leasing S.A. Arrendamento Mercantil (Santander Leasing), controlada pelo Banco Santander (Brasil) S.A. (Banco Santander), constituída na forma de sociedade anônima, domiciliada na Rua Amador Bueno, 474, Bloco C, 1º andar, Santo Amaro, CEP 04752-901, São Paulo - SP, atua no mercado de arrendamento mercantil, regulado pelo Conselho Monetário Nacional (CMN), do Banco Central do Brasil (Bacen), sendo suas operações voltadas, principalmente, para o arrendamento de veículos, máquinas e equipamentos, utilizando a rede de agências do Banco Santander. As operações da Santander Leasing são conduzidas no contexto de um conjunto de instituições que atuam integralmente no mercado financeiro, lideradas pelo Banco Santander (Brasil) S.A. Os benefícios e custos correspondentes dos serviços prestados são absorvidos entre as mesmas, são realizados no curso normal dos negócios e em condições de comutatividade.

2. Apresentação das Demonstrações Financeiras
As demonstrações financeiras da Santander Leasing foram elaboradas de acordo com as políticas contábeis adotadas no Brasil, estabelecidas pela Lei das Sociedades por Ações, em conjunto às normas do Conselho Monetário Nacional (CMN), do Bacen e demais diretrizes previstas no Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional (Cosif) e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela administração na sua gestão.
A Resolução CMN nº 4.966/2021, estabelece os conceitos e critérios contábeis aplicáveis a instrumentos financeiros, bem como para a designação e o reconhecimento das relações de proteção (contabilidade de hedge), harmonizando os critérios contábeis do COSIF para os requerimentos da norma internacional IFRS 9 a partir de 1º de janeiro de 2025. Dentre as principais mudanças está a classificação de instrumentos financeiros, reconhecimento de juros em caso de atraso, cálculo da taxa efetiva contratual, baixa a prejuízo e reconhecimento da provisão e classificação das operações com créditos de crédito.
A Lei nº 14.467/2022 alterou o tratamento tributário aplicável às perdas incorridas no recebimento de créditos decorrentes das atividades das Instituições financeiras e demais autorizadas a funcionar pelo BACEN. A principal alteração está na dedução das perdas incorridas na determinação do Lucro Real e da base de cálculo da CSLL. Esta lei entrará em vigor a partir de 1º de janeiro de 2025.
A adoção da Resolução CMN nº 4.966/2021, da Lei nº 14.467/2022 e de outros normativos que são correlacionados, inclusive a reformulação do elenco de contas do COSIF, estão contidas no Plano de Implementação da Santander Leasing. O Plano de Implementação dos referidos normativos da Santander Leasing está segregado em três pilares: (i) Organização e Governança; Fóruns e Comitês compostos por diversos níveis hierárquicos dedicados a definição e acompanhamento da implementação; (ii) Processos e Sistemas: Mapeamento dos impactos e implementação das mudanças nos processos e sistemas; e (iii) Modelos e Critérios: Revisão e atualização dos modelos e critérios utilizados nas estimativas contábeis.
O cronograma do Plano de Implementação está sendo faseado ao longo do período de 2023 até o final do exercício de 2024, sendo que ainda depende de normas acessórias a serem emitidas pelo BACEN para implementação total. Os impactos nas Demonstrações Financeiras serão divulgados de forma oportuna após a definição completa do arcabouço regulatório.
A Resolução CMN nº 4.975/2021, estabelece a observância ao Pronunciamento Técnico do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) 06 (R2) - Arrendamentos, no reconhecimento, na mensuração, na apresentação e na divulgação de operações de arrendamento mercantil a partir de 1º de janeiro de 2025. A Santander Leasing está avaliando os impactos e alterações necessárias para atendimento desta norma.
A preparação das demonstrações financeiras requer a adoção de estimativas por parte da Administração, impactando certos ativos e passivos, divulgações sobre provisões e passivos contingentes e receitas e despesas nos períodos demonstrados. Uma vez que o julgamento da Administração envolve estimativas referentes à probabilidade de ocorrência de eventos futuros, os montantes reais podem diferir dessas estimativas, sendo as principais, provisão para operações de crédito de liquidação duvidosa, realização do crédito tributário, passivos contingentes e o valor justo dos ativos financeiros.
A Diretoria autorizou a emissão das demonstrações financeiras para o semestre findo em 30 de junho de 2023, na reunião realizada em 28 de agosto de 2023.

3. Principais Políticas Contábeis
a) Apuração do Resultado
O regime contábil de apuração do resultado é o de competência e considera os rendimentos, encargos e variações monetárias ou cambiais, calculados a índices ou taxas oficiais, pro rata dia incidentes sobre ativos e passivos totais, em qualquer situação.
b) Moeda Funcional e Moeda de Apresentação
As demonstrações financeiras estão apresentadas em Reais, moeda funcional e de apresentação da Santander Leasing.
c) Ativos e Passivos Circulantes e não Circulantes
São demonstrados pelos valores de realização e/ou exigibilidade, incluindo os rendimentos, encargos e variações monetárias ou cambiais auferidos e/ou incorridos até a data do balanço, calculados pro rata dia e, quando aplicável, o efeito dos ajustes para reduzir o custo de ativos ao seu valor de mercado (valor justo) ou de realização.
Os saldos realizáveis e exigíveis em até 12 meses são classificados no ativo e passivo circulantes, respectivamente. Os títulos classificados como títulos para negociação independentemente da sua data de vencimento, estão classificados integralmente no curto prazo, conforme estabelecido pela Circular Bacen 3.068/2001.
d) Caixa e Equivalentes de Caixa
Para fins de demonstração dos fluxos de caixa, equivalentes de caixa correspondem aos saldos de aplicações interfinanceiras de liquidez com validade imediata, sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor e com prazo original igual ou inferior a noventa dias.
e) Aplicações Interfinanceiras de Liquidez
São demonstradas pelos valores de realização e/ou exigibilidade, incluindo os rendimentos, encargos e variações monetárias ou cambiais auferidos e/ou incorridos até a data do balanço, calculados pro rata dia.
f) Títulos e Valores Mobiliários
A carteira de títulos e valores mobiliários está demonstrada pelos seguintes critérios de registro e avaliação contábeis:
I - títulos para negociação;
II - títulos disponíveis para venda; e
III - títulos mantidos até o vencimento.
Na categoria títulos para negociação estão registrados os títulos e valores mobiliários adquiridos com o propósito de serem ativos e frequentemente negociados e na categoria títulos mantidos até o vencimento, quando o relativo aos quais existe intenção e capacidade de vender. Os títulos mantidos até o vencimento, na categoria títulos disponíveis para venda, estão registrados os títulos e valores mobiliários que não se enquadram nas categorias I e III. Os títulos e valores mobiliários classificados nas categorias I e II estão demonstrados pelo valor de aquisição acrescido dos rendimentos auferidos até a data do balanço, calculados pro rata dia, ajustados ao valor de mercado, computando-se a valorização ou a desvalorização decorrente de tal ajuste em contrapartida:
(1) da adequada conta de receita ou despesa, líquida dos efeitos tributários, no resultado do período, quando o relativo aos valores mobiliários classificados na categoria títulos para negociação; e
(2) da conta destacada do patrimônio líquido, líquida dos efeitos tributários, quando relativa a títulos e valores mobiliários classificados na categoria títulos disponíveis para venda. Os ajustes ao valor de mercado realizados na venda desses títulos são transferidos para o resultado do período.
Os títulos e valores mobiliários classificados na categoria mantidos até o vencimento estão demonstrados pelo valor de aquisição acrescido dos rendimentos auferidos até a data do balanço, calculados pro rata dia.
As perdas de caráter permanente no valor de realização dos títulos e valores mobiliários classificados nas categorias títulos disponíveis para venda e títulos mantidos até o vencimento são reconhecidas no resultado do período.
g) Carteira de Arrendamento Mercantil e Provisão para Perdas Esperadas Associadas ao Risco de Crédito
A carteira de crédito inclui as operações de crédito, operações de arrendamento mercantil e de investimento. É demonstrada pelo seu valor presente, considerando os indexadores, taxa de juros e encargos pactuados, calculados pro rata dia até a data do balanço. Para operações vencidas a partir de 60 dias, o reconhecimento em receitas só ocorrerá quando do seu efetivo recebimento.
Normalmente, a Santander Leasing efetua a baixa de créditos para prejuízo quando estes apresentam atraso superior a 360 dias. No caso de operações de crédito de longo prazo (acima de 3 anos) são baixadas quando completam 540 dias de atraso. A operação de crédito baixada para prejuízo é registrada em conta de compensação pelo prazo mínimo de 5 anos e enquanto não esgotados todos os procedimentos para cobrança.
As cessões de crédito sem retenção de riscos resultam na baixa dos ativos financeiros objeto da operação e a transferência do risco para o comprador. O resultado da cessão é reconhecido integralmente, quando de sua realização.
As cessões de crédito com retenção substancial de riscos passam a ter seus resultados reconhecidos pelos prazos remanescentes das operações, e os ativos financeiros objetos da cessão permanecem registrados como operações de crédito e o valor recebido como obrigações por operações de venda ou de transferência de ativos financeiros.
As provisões para operações de crédito são fundamentadas nas análises das operações de crédito em aberto (vencidas e vincendas), na experiência passada, expectativas futuras e riscos específicos das carteiras e na política de avaliação de risco da Administração na constituição das provisões, conforme estabelecido pela Resolução CMN nº 2.682/1999.
h) Ativos não Financeiros Mantidos para Venda e Outros Valores e Bens
Ativos não financeiros mantidos para venda incluem o valor contábil de itens individuais, grupos de alienação ou itens que fazem parte de uma unidade de negócios destinada à alienação (operações descontinuadas), cuja venda em sua condição atual seja altamente provável e cuja ocorrência é esperada para dentro de um ano.

Outros valores e bens referem-se principalmente a ativos não financeiros, compostos basicamente por imóveis e veículos recebidos em liquidação de instrumentos financeiros de difícil ou duvidosa solução não destinados ao próprio uso.

Ativos não financeiros mantidos para venda e outros valores e bens são registrados e avaliados pelo menor valor entre o valor contábil líquido e o valor justo líquido de despesa de vendas, na data em que forem classificados nessa categoria e não são depreciados.

i) Despesas Antecipadas
São contabilizadas as aplicações de recursos em pagamentos antecipados, cujos benefícios ou prestação de serviços ocorrerão em exercícios seguintes e são apropriadas ao resultado, de acordo com a vigência dos respectivos contratos de arrendamento mercantil.

j) Investimentos
Os investimentos em sociedades coligadas e controladas são inicialmente reconhecidos pelo seu valor de aquisição, e posteriormente avaliados pelo método de equivalência patrimonial e os resultados apurados são reconhecidos em resultado de participações em coligadas e controladas. Os outros investimentos estão avaliados ao custo, reduzidos ao valor recuperável, quando aplicável.

k) Imobilizado de uso
É demonstrado ao custo de aquisição, líquido das respectivas depreciações acumuladas e está sujeito à avaliação do valor recuperável em períodos anuais.
A depreciação do imobilizado é feita pelo método linear, com base nas seguintes taxas anuais: edificações - 4%, instalações, móveis, equipamentos de uso e sistemas de segurança e comunicações - 10%, sistemas de processamento de dados e veículos - 20% e benfeitorias em imóveis de terceiros - 10% ou até o vencimento do contrato de locação.

l) Provisões, Passivos Contingentes, Ativos Contingentes e Obrigações Legais - Fiscais e Previdenciárias
A Santander Leasing é parte em processos judiciais e administrativos de natureza tributária, trabalhista e previdenciária, com prováveis resultados negativos.
As provisões são reavaliadas ao final de cada período de reporte para refletir a melhor estimativa corrente e podem ser total ou parcialmente revertidas, reduzidas ou podem ainda ser complementadas, quando há mudança de risco em relação às transações de recursos e obrigações pertinentes ao processo, incluindo a decadência dos prazos legais, o trânsito em julgado dos processos, dentre outros.

As provisões são constituídas quando o risco de perda for avaliado como provável e os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança, com base na natureza, complexidade, e histórico das ações e na opinião dos assessores jurídicos internos e externos e nas melhores informações disponíveis. Para os processos em que o risco de perda é possível, as provisões não são constituídas e as informações são divulgadas nas notas explicativas (Nota 14.g) e para os processos cujo risco de perda é remoto não é efetuada qualquer divulgação.

Os ativos contingentes não são reconhecidos contabilmente, exceto quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis, sobre as quais não cabem mais recursos, caracterizando o ganho como praticamente certo. Os ativos contingentes com êxito provável, quando existentes, são apenas divulgados nas demonstrações financeiras.

No caso de trânsitos em julgado favoráveis ao Banco Santander, a contraparte tem o direito, caso atendidos requisitos legais específicos, de impetrar ação rescisória em prazo determinado pela legislação vigente. Ações rescisórias são consideradas novas ações e serão avaliadas para fins de passivos contingentes se, e quando, forem impetradas.

m) Programa de Integração Social (PIS) e Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (Cofins)
O PIS (0,65%) e a Cofins (4,00%) são calculados sobre as receitas da atividade ou objeto principal da pessoa jurídica. Para as instituições financeiras é permitida a dedução das despesas de captação na determinação da base de cálculo. As despesas de PIS e Cofins são registradas em despesas tributárias.
n) Imposto de Renda Pessoa Jurídica (IRPJ) e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL)
O encargo do IRPJ é calculado à alíquota de 15%, acrescido do adicional de 10%, aplicados sobre o lucro, após efetuados os ajustes determinados pela legislação fiscal. A CSLL é calculada pela alíquota de 15% para as instituições financeiras incidente sobre o lucro, após considerados os ajustes determinados pela legislação fiscal.

Os créditos tributários e passivos diferidos são calculados, basicamente, sobre as diferenças temporárias entre o resultado contábil e o fiscal, sobre os prejuízos fiscais, base negativa da contribuição social e ajustes ao valor de mercado de títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos. O reconhecimento dos créditos tributários e passivos diferidos é efetuado pelas alíquotas aplicáveis ao período em que se estima a realização do ativo e ou a liquidação do passivo.

De acordo com o disposto na regulamentação vigente, os créditos tributários são registrados na medida em que se considera provável sua recuperação em base à geração de lucros tributáveis futuros. A expectativa de realização dos créditos tributários, conforme demonstrada na Nota 7.a.2, está baseada em projeções de resultados futuros e fundamentada em estudo técnico.

o) Juros sobre Capital Próprio
Os Juros sobre Capital Próprio são reconhecidos no passivo a partir do momento que sejam declarados ou propostos, conforme Resolução CMN nº 4.872/2020.

p) Redução ao Valor Recuperável de Ativos
Os ativos financeiros e não financeiros são avaliados ao fim de cada período de reporte, com o objetivo de identificar evidências de desvalorização em seu valor contábil. Se houver alguma indicação, a entidade deve estimar o valor recuperável do ativo e tal perda deve ser reconhecida imediatamente na demonstração do resultado. O valor recuperável de um ativo é definido como o maior montante entre o seu valor justo líquido de despesa de venda e o seu valor em uso.

q) Estimativas Contábeis
As estimativas contábeis e premissas utilizadas pela Administração para a preparação das informações financeiras são revisadas pelo menos trimestralmente, sendo apresentadas a seguir as principais estimativas que podem levar a ajustes significativos nos valores contábeis dos ativos e passivos no próximo exercício quando comparados com os montantes reais, tais como: valor residual do ativo imobilizado, provisão para créditos de liquidação duvidosa, provisão para contingências, valorização a mercado de títulos e valores mobiliários e a realização dos créditos tributários. Os efeitos decorrentes das revisões feitas às estimativas contábeis são reconhecidos de forma prospectiva.

r) Resultados Recorrentes/Não Recorrentes
A Resolução ECB nº 2, de 27 de novembro de 2020, em seu artigo 34º, passou a determinar a divulgação de forma segregada dos resultados recorrentes e não recorrentes. Define-se então como resultado não corrente do exercício aquele que: I - não esteja relacionado ou esteja relacionado incidentalmente com as atividades típicas da instituição; e II - não esteja previsto para ocorrer com frequência nos exercícios futuros.

A natureza e o efeito financeiro dos eventos considerados não recorrentes estão evidenciados na Nota Explicativa 21.

4. Caixa e Equivalentes de Caixa

	30/06/2023	31/12/2022	30/06/2022	31/12/2021
Disponibilidades	9.962	8.382	10.870	7.853
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	182.500	118.680	133.300	50.418
Aplicações em Depósitos Interfinanceiros	182.500	118.680	133.300	50.418
Total	192.462	127.062	144.170	58.271

As informações relativas a 30 de junho de 2022 e 31 de dezembro de 2021 são demonstradas para informar a composição dos saldos iniciais do Caixa e Equivalentes de Caixa apresentados nas Demonstrações dos Fluxos de Caixa.

5. Aplicações Interfinanceiras de Liquidez

	30/06/2023		31/12/2022	
	Até 3 Meses	Total	Total	Total
Aplicações em Depósitos Interfinanceiros	182.500	182.500		



Santander Leasing S.A. Arrendamento Mercantil

CNPJ nº 47.193.149/0001-06

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

	30/06/2023	31/12/2022
g) Créditos Renegociados		
Créditos Renegociados	569	2.378
Provisão para Crédito de Liquidação Duvidosa	(423)	(2.179)
Percentual de cobertura sobre a carteira de renegociação	74,3%	91,6%
8. Outros Ativos		
	30/06/2023	31/12/2022
Devedores por Depósitos em Garantia		
Para Interposição de Recursos Fiscais	917.324	889.760
Para Interposição de Recursos Cíveis	26.028	27.642
Outros	1.085	1.600
Despesas Antecipadas	3.391	3.669
Rendas a Receber	2	73.103
Outros	120.164	127.631
Total	1.067.994	1.123.405
Circulante	44.183	125.017
Não Circulante	1.023.811	998.388

	30/06/2023	31/12/2022
9. Ativos e Passivos Fiscais		
a) Ativos Fiscais Correntes e Diferidos		
Ativos Fiscais Diferidos	641.313	825.161
Impostos a Recuperar - Imposto de Renda e Contribuição Social	386.240	356.259
Total	1.027.553	1.181.420
Circulante	45.889	-
Não Circulante	981.664	1.181.420

a.1) Natureza e Origem dos Ativos Fiscais Diferidos	Origens			Consti- tuição	Reali- zação	Saldo em 30/06/2023
	30/06/2023	31/12/2022	31/12/2022			
Provisão para Perdas Esperadas Associadas ao Risco de Crédito	262.301	265.877	106.351	1.470	(2.901)	104.920
Provisão para Processos Judiciais e Administrativos - Ações Trabalhistas	-	-	17	2	(1)	18
Provisão para Processos Judiciais e Administrativos - Ações Cíveis	27.996	27.477	10.955	2.289	(2.046)	11.198
Provisão para Riscos Fiscais e Obrigações Legais	34.630	700.075	257.073	135.523	(378.865)	13.731
Ajuste ao Valor de Mercado dos Títulos para Negociação e Derivativos ⁽¹⁾	-	621.090	-	-	-	-
Ajuste ao Valor de Mercado dos Títulos Disponíveis para Venda e Hedge de Fluxo de Caixa	458.853	-	265.765	-	(69.422)	196.343
Outras Provisões Temporárias	39.320	39.510	12.979	2.299	(2.348)	12.930
Total dos Ativos Fiscais Diferidos sobre Diferenças Temporárias	823.100	1.654.029	653.140	141.583	(455.583)	339.140
Prejuízos Fiscais	146.805	35.426	172.021	130.152	-	302.173
Saldo dos Ativos Fiscais Diferidos	969.905	1.689.455	825.161	271.735	(455.583)	641.313

⁽¹⁾ Inclui crédito tributário de IRPJ, CSLL, PIS e Cofins. Em 30 de junho de 2023 e 31 de dezembro de 2022, a Santander Leasing não possui ativos fiscais diferidos não ativados.

Ano	30/06/2023				
	IRPJ	CSLL	PIS	Fiscais	Total
2023	28.682	17.693	2.134	79.809	128.318
2024	49.566	30.700	4.267	116.228	200.761
2025	47.840	29.261	4.267	47.629	128.997
2026	33.997	20.676	4.267	52.199	111.139
2027	25.764	12.648	4.267	6.308	48.987
2028 a 2032	11.811	9.166	2.134	-	23.111
Total	197.660	120.144	21.336	302.173	641.313

Em função das diferenças existentes entre os critérios contábeis, fiscais e societários, a expectativa da realização dos ativos fiscais diferidos não deve ser tomada como indicativo do valor dos lucros líquidos futuros.

Com base na Resolução CMN nº 4.818/2020 e na Resolução BCB nº 2/2020, os ativos fiscais diferidos devem ser apresentados integralmente no longo prazo, para fins de balanço.

a.3) Valor Presente dos Ativos Fiscais Diferidos
O valor presente total dos ativos fiscais diferidos é de R\$544.364 (31/12/2022 - R\$710.771) calculados de acordo com a expectativa de realização das diferenças temporárias, prejuízos fiscais e a taxa média de captação projetada para os períodos correspondentes.

Ano	30/06/2023				
	IRPJ	CSLL	PIS	Fiscais	Total
2023	420.676	373.138	-	-	793.814
2024	699.795	48.795	-	-	748.590
2025	699.795	7.549	-	-	707.344
2026	699.795	429.482	-	-	1.129.277
2027	699.795	56.344	-	-	756.139
2028 a 2032	420.676	373.138	-	-	793.814

⁽¹⁾ Inclui a parcela equivalente a R\$690.218, correspondente às ações judiciais de PIS e Cofins, referente ao questionamento da lei nº9.718/98, registrada em virtude da decisão do Supremo Tribunal Federal (STF) sobre o tema 372.

Ano	30/06/2023				
	IRPJ	CSLL	PIS	Fiscais	Total
2023	1.532.343	1.342.188	335.547	47.538	383.085
2024	93.977	93.976	37.591	-	37.591
Total	1.626.320	1.436.164	373.138	47.538	420.676

Ano	30/06/2023				
	IRPJ	CSLL	PIS	Fiscais	Total
2023	195.459	2.349	197.808	-	395.616
2024	199.374	4.699	204.073	-	408.146
2025	7.831	4.699	12.530	-	25.120
2026	3.916	2.349	6.265	-	12.514
Total	406.580	14.096	420.676	-	841.352

Ano	30/06/2023				
	IRPJ	CSLL	PIS	Fiscais	Total
2023	195.459	2.349	197.808	-	395.616
2024	199.374	4.699	204.073	-	408.146
2025	7.831	4.699	12.530	-	25.120
2026	3.916	2.349	6.265	-	12.514
Total	406.580	14.096	420.676	-	841.352

⁽¹⁾ Inclui atualizações das provisões para o PIS e Cofins da lei 9.718/98. Em 30 de junho de 2023 foi reclassificada para outras despesas operacionais

Ano	30/06/2023				
	IRPJ	CSLL	PIS	Fiscais	Total
2023	195.459	2.349	197.808	-	395.616
2024	199.374	4.699	204.073	-	408.146
2025	7.831	4.699	12.530	-	25.120
2026	3.916	2.349	6.265	-	12.514
Total	406.580	14.096	420.676	-	841.352

Ano	30/06/2023				
	IRPJ	CSLL	PIS	Fiscais	Total
2023	195.459	2.349	197.808	-	395.616
2024	199.374	4.699	204.073	-	408.146
2025	7.831	4.699	12.530	-	25.120
2026	3.916	2.349	6.265	-	12.514
Total	406.580	14.096	420.676	-	841.352

Ano	30/06/2023				
	IRPJ	CSLL	PIS	Fiscais	Total
2023	195.459	2.349	197.808	-	395.616
2024	199.374	4.699	204.073	-	408.146
2025	7.831	4.699	12.530	-	25.120
2026	3.916	2.349	6.265	-	12.514
Total	406.580	14.096	420.676	-	841.352

Ano	30/06/2023				
	IRPJ	CSLL	PIS	Fiscais	Total
2023	195.459	2.349	197.808	-	395.616
2024	199.374	4.699	204.073	-	408.146
2025	7.831	4.699	12.530	-	25.120
2026	3.916	2.349	6.265	-	12.514
Total	406.580	14.096	420.676	-	841.352

Ano	30/06/2023				
	IRPJ	CSLL	PIS	Fiscais	Total
2023	195.459	2.349	197.808	-	395.616
2024	199.374	4.699	204.073	-	408.146
2025	7.831	4.699	12.530	-	25.120
2026	3.916	2.349	6.265	-	12.514
Total	406.580	14.096	420.676	-	841.352

Ano	Patrimônio Líquido Ajustado		Lucro Líquido (Prejuízo)		Valor dos Investimentos	
	30/06/2023	30/06/2023	30/06/2022	30/06/2023	31/12/2022	31/12/2022
Investimento	954.476	28.769	66.863	2	2	2
Santander CCVM	5.620.741	222.892	224.595	5.620.741	5.536.521	468.434
Bandepe	464.667	(3.768)	(22.029)	464.667	468.434	6.004.957
Total dos Investimentos	6.085.410	217.893	149.430	6.085.410	6.004.957	6.004.957

Ano	Patrimônio Líquido Ajustado		Lucro Líquido (Prejuízo)		Valor dos Investimentos	
	30/06/2023	30/06/2023	30/06/2022	30/06/2023	31/12/2022	31/12/2022
Investimento	954.476	28.769	66.863	2	2	2
Bandepe	5.620.741	222.892	224.595	5.620.741	5.536.521	468.434
Santander DTVM	464.667	(3.768)	(22.029)	464.667	468.434	6.004.957
Total dos Investimentos	6.085.410	217.893	149.430	6.085.410	6.004.957	6.004.957

Ano	Patrimônio Líquido Ajustado		Lucro Líquido (Prejuízo)		Valor dos Investimentos	
	30/06/2023	30/06/2023	30/06/2022	30/06/2023	31/12/2022	31/12/2022
Investimento	954.476	28.769	66.863	2	2	2
Bandepe	5.620.741	222.892	224.595	5.620.741	5.536.521	468.434
Santander DTVM	464.667	(3.768)	(22.029)	464.667	468.434	6.004.957
Total dos Investimentos	6.085.410	217.893	149.430	6.085.410	6.004.957	6.004.957

Ano	Patrimônio Líquido Ajustado		Lucro Líquido (Prejuízo)		Valor dos Investimentos	
	30/06/2023	30/06/2023	30/06/2022	30/06/2023	31/12/2022	31/12/2022
Investimento	954.476	28.769	66.863	2	2	2
Bandepe	5.620.741	222.892	224.595	5.620.741	5.536.521	468.434
Santander DTVM	464.667	(3.768)	(22.029)	464.667	468.434	6.004.957
Total dos Investimentos	6.085.410	217.893	149.430	6.085.410	6.004.957	6.004.957

Ano	Patrimônio Líquido Ajustado		Lucro Líquido (Prejuízo)		Valor dos Investimentos	
	30/06/2023	30/06/2023	30/06/2022	30/06/2023	31/12/2022	31/12/2022
Investimento	954.476	28.769	66.863	2	2	2
Bandepe	5.620.741	222.892	224.595	5.620.741	5.536.521	468.434
Santander DTVM	464.667	(3.768)	(22.029)	464.667	468.434	6.004.957
Total dos Investimentos	6.085.410	217.893	149.430	6.085.410	6.004.957	6.004.957

Ano	Patrimônio Líquido Ajustado		Lucro Líquido (Prejuízo)		Valor dos Investimentos	
	30/06/2023	30/06/2023	30/06/2022	30/06/2023	31/12/2022	31/12/2022
Investimento	954.476	28.769	66.863	2	2	2
Bandepe	5.620.741	222.892	224.595	5.620.741	5.536.521	468.434
Santander DTVM	464.667	(3.768)	(22.029)	464.667	468.434	6.004.957
Total dos Investimentos	6.085.410	217.893	149.430	6.085.410	6.004.957	6.004.957

Ano	Patrimônio Líquido Ajustado	
-----	-----------------------------	--